

**PET nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO  
ESPECIAL Nº 1.410.785 - MG (2018/0323669-6)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**REQUERENTE** : EDSON FERREIRA RANGEL  
**ADVOGADOS** : CLAUDIO BITARELLO PERISSE - MG126342  
ROSILENO ARIMATEA MARRA - MG071595  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DESPACHO**

Trata-se de petição de fls. 725/727 em que o requerente pleiteia a expedição "de contramandado de prisão, e ou, recolhimento do mandado de prisão de e-STJ fl. 426/427", cuja prisão fora decretada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com base no entendimento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n.º s 43, 44 e 54.

Não há nada a prover na espécie.

A competência desta Vice-Presidência, cujas atribuições previstas estão no artigo 22, § 2º, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, diz respeito apenas ao exercício de juízo de admissibilidade de recursos para o Supremo Tribunal Federal.

Outrossim, no que se refere ao pedido pleiteado pelo requerente, cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADCs 43, 44 e 54, no dia 7/11/2019, destacou a possibilidade de decretação da prisão preventiva dos acusados, pelo juiz de primeiro grau, com base no artigo 312 do Código de Processo Penal.

A esse respeito, confira-se:

(...) Para a corrente vencedora, o artigo 283 do Código de Processo Penal (CPP), segundo o qual "ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva", está de acordo com o princípio da presunção de inocência, garantia prevista no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal. Ficaram vencidos os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia, que entendiam que a execução da pena após a condenação em segunda instância não viola o princípio da presunção de inocência.

**A decisão não veda a prisão antes do esgotamento dos recursos, mas estabelece a necessidade de que a situação do réu seja individualizada, com a demonstração da existência dos requisitos para a prisão preventiva previstos no artigo 312 do CPP – para a garantia da ordem pública e econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal (...).**

Não se descarta da necessidade de garantir o direito àquele que estiver

# Superior Tribunal de Justiça

injustamente encarcerado.

Entretanto, a possibilidade de vedação à liberdade do agente mediante a invocação de elementos hígidos pelo magistrado singular, bem como a restrita possibilidade de atuação desta Vice-Presidência nos feitos atribuídos, constituem obstáculo ao prévio deferimento do pleito.

Neste mesmo sentido, recente posicionamento do e. Ministro Rogério Schietti Cruz, em julgamento monocrático proferido nos autos do *HC* n.º 545.509, afirmando que permanece a possibilidade de decretação da prisão preventiva, com base no artigo 312 do Código de Processo, bem como a incompetência desta Corte para apreciar pedido de execução de acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, senão vejamos:

(...) A decisão proferida em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a oposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória (art. 26 da Lei n. 9.986/1999). Tem eficácia contra todos e efeito vinculante, inclusive em relação aos órgãos do Poder Judiciário. Portanto, no estado de coisas atual, não se pode dar início à execução após o esgotamento da jurisdição ordinária. Entretanto, **permanece a possibilidade de prisão *ante tempus***, por ato judicial motivado, mediante indicação concreta de razões fáticas e jurídicas que a justifiquem, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

**Dito isso, observo que o Superior Tribunal de Justiça não é o órgão competente para, em primeiro lugar, executar o acórdão do Supremo Tribunal Federal (...).**

Por fim, deve ser ressaltado que os documentos carreados nos autos mostram-se insuficientes para análise do pedido, nessa instância recursal.

Feitas essas considerações, **nada se a tem a prover** quanto à petição de fls. 725/727.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente